

Resenha: Os Filhos do Governo

Eugênia Correia Matallo¹
Universidade Federal do Piauí

Book Review: The Government Children

Silva, R. (1997). *Os filhos do governo*. São Paulo: Ática.

Resultado de uma dissertação de mestrado, defendida na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, o livro discorre sobre as motivações de uma das faces da violência urbana, a "identidade criminosa". Ele esclarece os motivos que aprisionam uma quantidade considerável de sujeitos em um círculo vicioso de infrações, condenações e multireincidência de comportamentos anti-sociais. Seu objetivo é compreender os motivos deste retorno às instituições supostamente responsáveis pela socialização dos sujeitos em apreço.

Elaborado em estilo inovador, articulando a própria história de vida do autor à análise de prontuários da Febem e a um histórico do pensamento assistencial no Brasil, o estudo aponta determinados procedimentos institucionais como principais responsáveis por um tipo de identificação com a transgressão, que parece impossível evitar. Ou seja: transgredir a lei é visto como uma solução possível para a sobrevivência psíquica destes sujeitos.

Internado na Febem aos cinco anos de idade, o autor estabelece, como ponto de partida para o relato de suas dificuldades, o momento em que precisa sair da instituição, que envolveu dificuldades em conseguir trabalho e a interrupção da escolarização. A vida na rua parece uma consequência inevitável, assim como o encontro subsequente com as instâncias policiais. Um momento de destaque do trabalho é o relato da maneira como o autor conseguiu interromper o circuito de marginalização que se afigurava inexorável: Silva leva a sério sua surpresa ao se deparar, nos pavilhões onde ficou preso, com ex-menores que haviam crescido com ele na Febem. Esta surpresa ele transforma em fundamento de trabalho:

A cada relato e história que ouvi, do que fora a vida de cada um após a desinternação da Febem e de como vieram parar na prisão, mais e mais me convencia de que minha geração de ex-menores possuía uma história de vida com muitos pontos em comum. (p. 21)

Esta constatação levou-o a desenvolver uma solidariedade voltada para a assistência jurídica aos seus colegas, procurando conhecer as leis e suas formas de aplicação. Silva associa então o fato de, quando estava na Febem, ter trabalhado transportando prontuários (o que o levou a ter acesso

ao seu próprio dossiê) a esta aproximação inicial, informal, às práticas jurídicas e, posteriormente, ao procedimento utilizado em sua pesquisa, que é a análise de documentos oficiais da Febem.

O autor estudou documentos referentes a 370 crianças, incluindo os de seus três irmãos e das suas próprias memórias, defendendo que o alto índice de delinqüências e multireincidências observadas nestas histórias está relacionado a determinados procedimentos institucionais. Angelina Peralva, orientadora da dissertação, observa na Apresentação do livro que as multireincidências *constituem expressão dessa incapacidade, para o sujeito, de sobreviver em liberdade, e de um desejo patológico de retomo à instituição tutelar* (p.9).

O estudo dos prontuários procura tornar visíveis alguns destes procedimentos presentes na constituição deste tipo de identidade. No período pós-64 a criança entregue a instituições voltadas para o problema, como a Febem, era declarada juridicamente abandonada, constando esta situação em seus registros oficiais, constituindo-a como um cidadão diferenciado. Se tais instituições pretendiam constituir uma alternativa para esta situação de abandono, sua falência pode ser comprovada pelos resultados observados nos entraves ao desenvolvimento psicológico e escolar dos internos, assim como a exclusão social constatada após as desinternações.

Foi cruzando dois tipos de laudos, psicopedagógico e criminal, que o autor destacou os primeiros indícios *de uma metodologia de investigação que possibilitasse avaliar com relativa precisão os danos causados pela institucionalização prolongada* (p. 63). Esta análise o levou a propor a responsabilização do Estado na formação da "carreira delinqüencial" de crianças que, sem nenhum histórico anterior neste sentido, tiveram seu caráter deformado pelas diretrizes patológicas da instituição.

Como resultado de sua pesquisa, o autor conclui que os procedimentos destacados seriam responsáveis por esta deformação, não estando presentes da mesma forma em instituições dedicadas ao cuidado de menores abandonados em outros períodos históricos. O autor compara, então, vários períodos na história do assistencialismo brasileiro, suas ideologias e pedagogias, demonstrando que crianças em situação de risco sempre existiram, assim como as medidas em busca de sua proteção sendo, entretanto, o período institucional pós-64 especialmente propenso à formação de identidades criminosas pelas instituições.

1 Endereço: SQN 115, Bloco G Apto. 607, 70772-070 Brasília DF. E-mail: eugenia@tba.com.br - Docente cedida para o Instituto de Psicologia da UnB.

No período considerado, o Estado afirmava sua responsabilidade pelo cuidado das crianças confiadas às instituições oficiais por meio da configuração de uma situação de abandono juridicamente definido; um procedimento legal constituído por uma sentença judicial de abandono, e uma sentença definitiva de internação até os 18 anos. Estas crianças, hoje adultos, tiveram suas identidades forjadas sob a tutela do Estado: são eles os "Filhos do Governo". Silva compõe uma amostra recortada no período entre 1958 e 1964, cruzando variáveis como idade, cor, condição existencial da mãe e do pai e suas relações sobre a reincidência criminal. Ao serem organizadas em gráficos, evidenciam-se correlações surpreendentes, permitindo a conclusão básica do livro:

Foi através dessa comparação que diagnostiquei a regularidade do processo de criminalização do órfão e do abandonado como uma característica específica do sistema Funabem/ Febem, pois o primeiro infrator na amostra surge em 1964 e o número de infratores prossegue regularmente até 1982, data da desinternação do último dos representantes da amostra. (p.76)

Para o autor, há um processo regular e permanente de formação institucional de identidades impostas ao sujeito e que impossibilitam o exercício da cidadania e da sua integração na sociedade. O sistema prisional reforça estes elementos mórbidos, estabelecendo o curso da multireincidência, detalhadamente estudado pelo autor. Não se trata de índoles naturalmente criminosas, nem de origens sociais supostamente mais propícias à criminalidade, mas sim de políticas públicas implementadas em instituições que deveriam estar voltadas para educá-las e promover suas integrações, e que, ao contrário, forjam estas identidades enrijecidas na transgressão.

O efeito de fixação identificatória promovido, por exemplo, pela declaração oficial da situação de "abandono" na forma de um carimbo nos documentos da criança pode ser observado a partir do estudo específico da multireincidência da criminalidade entre ex-menores que estiveram internos na Febem. A análise dos dados permite ao autor concluir que não houve nenhum caso de reincidência criminal de crianças internadas em anos anteriores a 1967. Trata-se, assim, de um preconceito injustificado supor, genericamente, que crianças institucionalizadas sejam necessariamente marginais sendo, porém, inteiramente procedente responsabilizar determinadas formas de dinâmica institucional pela reincidência de comportamentos anti-sociais.

O histórico do pensamento assistencial brasileiro elaborado pelo autor é articulado aos procedimentos rotineiros das instituições, esclarecendo vários equívocos correntes no senso comum a respeito da violência urbana. O primeiro deles é de que o abandono de crianças seja um fato exclusivo da contemporaneidade. Ao contrário, o autor demonstra as diferentes maneiras da sociedade brasileira lidar com este fato, presente desde os primeiros séculos da nossa história, até nossos dias. A fase atual é denominada pelo autor de "desinstitucionalização" e é iniciada com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990. O Estatuto declara que o menor sem família é portador de direitos que devem

ser respeitados com força de lei, desinstitucionalizando a criança em situação de abandono.

A questão familiar é assim relacionada ao âmbito jurídico e à constituição de identidades, permitindo-se avanços no que se trata de precisar conceitos de complexa definição como o de abandono.

Pode ser abandono material, moral ou intelectual, mas há também um abandono jurídico ou subjetivo. Neste caso, o abandonado não dispõe de direito subjetivo a alimentos por faltar o sujeito passivo da obrigação alimentar. Essa noção de obrigação alimentar pressupõe amparo e proteção do menor, nos termos do artigo 403 do Código Civil, e fornece a linha demarcatória entre o abandono material e o abandono jurídico, (p. 56)

Enfim, o autor relaciona as características psicológicas da população pesquisada aos danos causados pela oficialização documental da situação de abandono e da institucionalização prolongada. Angelina Peralva aponta como ainda sem resposta uma das reflexões a que o livro convida: como garantir atendimento a crianças que necessitam da tutela do Estado, sem que tal atendimento resulte na destruição de suas subjetividades? (p. 9).

No intuito de contribuir nesta direção, ressalta-se um outro ponto que continua em aberto:

O autor parece defender a desinstitucionalização, embora reconheça que há circunstâncias que exigem do Estado um posicionamento ... institucional. Como, entretanto, encaminhar o fato de que determinadas crianças não têm mesmo famílias para onde retornar, ou de forma ainda mais grave, em alguns casos, é melhor que não retornem?

A hipótese de adoção por famílias substitutas, seria viável quando se trata de crianças crescidas? Uma vez órfãs e/ou abandonadas, como eximir-se o Estado de sua responsabilidade na condução de algum encaminhamento necessariamente institucional?

Talvez ainda seja cedo para avaliarmos os efeitos dessa fase iniciada com o Estatuto da Criança e do Adolescente, mas não para sinalizarmos que a publicação de determinadas obras - como este livro de Silva, por exemplo - pode ser prenúncio de um período diferente, quem sabe, no que se trata de conseguir, como ganho consistente dessa política, o início de uma maior participação dos próprios "ex-menores" em produções que abordem os procedimentos da sociedade e do Governo para com eles.

Não seria mesmo um traço de maturidade este esforço em pontuar reincidências, promover o diálogo intergeracional, levando às últimas conseqüências a filiação "ao Governo", aprimorando a obra deixada inacabada por qualquer pai, e deste modo, buscando sua superação? É possível observar que firmando como sua a causa da desinstitucionalização, o filho um dia institucionalizado estaria ainda à procura deste pai, justamente por estabelecer, às avessas, sua situação original, "retornando à instituição" ...

No entanto, o resultado da leitura deste livro parece afirmar, defender a desinstitucionalização como forma de superá-la, de construir acesso a uma outra situação, sempre relançada. Não seria esta, enfim, uma forma digna de honrar uma

ascendência, qualquer que seja o sobre/nome que venha a ter? Não é este o enigma com que se depara qualquer um, órfão ou não? Seria então também das mais promissoras a busca de uma paternidade para além dos pais, pesquisa que Silva relata haver iniciado em comunidades negras e indígenas, às quais julgava pertencer os seus.

Esta dimensão antropológica e psicanalítica para a paternidade é apenas anunciada pelo autor, trazendo curiosidade sobre sua próxima produção.

Recebido em 13.07.1998
Primeira decisão editorial em 07.06.1999
Versão final em 25.06.1999
Aceito em 28.06.1999 ■

ASSINATURAS

Assinaturas de *Psicologia: Teoria e Pesquisa* podem ser solicitadas diretamente à:
Revista *Psicologia: Teoria e Pesquisa*
Secretaria de Divulgação
Universidade de Brasília - Instituto de Psicologia
70910-900 Brasília DF.

O valor da assinatura para indivíduos é R\$ 48,00 (profissionais) e R\$ 42,00 (estudantes); e para instituições é R\$ 75,00. Números avulsos para assinantes custam R\$ 14,00 (indivíduos profissionais), R\$ 13,00 (indivíduos estudantes) e R\$ 20,00 (instituições). Números avulsos para não assinantes custam R\$ 24,00 (indivíduos profissionais), R\$ 23,00 (indivíduos estudantes) e R\$ 37,00 (instituições). Valores sujeitos a atualização. Condição de estudante de graduação, ou pós-graduação, deve ser comprovada.

OFERTA ESPECIAL

Psicologia: Teoria e Pesquisa oferece um desconto especial de 20% na assinatura individual para estudantes de graduação ou pós-graduação para pedidos de, no mínimo, 10 assinaturas. A solicitação deste desconto especial deverá ser acompanhada de comprovante da respectiva instituição de ensino, ou carta assinada por professor, que ateste a condição de aluno dos solicitantes.